

Breve relato da parceria CGEE e Abipti

Paulo R. S. Ivo¹

Resumo

O presente artigo faz referência aos principais elementos que viabilizaram, dentro de um contexto histórico, a aproximação entre a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (Abipti) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Facilitaram muito essa relação a convergência dos objetivos estatutários e estratégicos de ambas as instituições, particularmente no que tange a promover a inserção e a participação dos diversos atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) nas políticas públicas do setor.

Palavras-chave: Políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação. Cooperação institucional. Dimensão regional da ciência, tecnologia e inovação.

Abstract

This article refers to the main elements that enabled to bridge the gap, in a historical context, between the Brazilian Association of Technological Research and Innovation Institutions (acronym in Portuguese Abipti) and the Center for Strategic Studies and Management (acronym in Portuguese CGEE). What made this process come to pass was the convergence of statutory and strategic goals of both institutions, especially when it comes to promoting the insertion and participation of many different acting members of the National System of Science, Technology and Innovation (acronym in Portuguese SNCTI) in policies of the public sector.

Keywords: Public policies of science, technology and innovation. Institutional cooperation. Regional dimension of science, technology and innovation.

¹ Vice-presidente Região Centro-Oeste da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (Abipti), executivo de Desenvolvimento de Negócios e Relações Institucionais do Instituto de Pesquisas Eldorado e membro do Conselho de Administração do CGEE, como representante da Abipti.

A Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (Abipti), criada em 1980, sempre guiou seus esforços para atender às demandas do então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), hoje Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), e de suas agências, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mantendo-se, dessa forma, alinhada com as principais políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e com a sua missão institucional de *“Representar e promover a participação das entidades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica (EPDIs), no estabelecimento e na execução de políticas voltadas para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)”*. Trata-se da única instituição no Brasil a ter esse papel.

Ao longo desse tempo, a questão regional foi tratada pela Abipti como uma das suas principais estratégias de atuação, não só com vistas a ampliar sua capilaridade de atuação (a Abipti reúne atualmente 154 membros e com presença nas 27 UFs), como também poder influir, de forma mais decisiva, no fortalecimento dos sistemas estaduais de ciência, tecnologia e inovação, muitos ainda em fase de estruturação. Na visão de seus dirigentes, somente dessa forma seria possível superar a expressiva concentração geográfica de recursos humanos qualificados e de infraestrutura científica e tecnológica nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Com essa perspectiva, a aproximação da Abipti com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) deu-se de forma natural e bastante profícua para ambas as instituições, uma vez que os objetivos estatutários e estratégicos das duas instituições guardam grande afinidade entre si, particularmente no que tange a promover a inserção e a participação dos diversos atores do SNCTI nas políticas públicas federais do setor.

A Abipti não só faz parte do Conselho de Administração do CGEE, como vem atuando de forma irmanada, num processo de mútua cooperação, com vistas ao desenvolvimento de diversos projetos e ações de interesse comum. Dentre essas iniciativas, destacamos duas: a primeira corresponde ao envolvimento direto do CGEE na organização e execução das Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2005 e 2010, para as quais a Abipti foi convidada a participar. A segunda refere-se ao apoio conferido pelo CGEE na elaboração do Plano de Gestão Estratégica da Abipti (PGE 2010-2022). Por meio desse Plano, a Associação pôde deflagrar um processo de mudança no seu patamar de atuação, restabelecendo sua identidade institucional, atuando com maior foco nas instituições de ciência e tecnologia (ICT) e exercendo papel relevante no reconhecimento da importância destas no contexto do SNCTI.

Como se sabe, o então MCT foi criado em 1985, sob a égide da Primeira Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Na ocasião, a preocupação central era ouvir a sociedade a

respeito da direção que o novo ministério deveria tomar. As políticas para o setor, nesse período, já salientavam a importância da ciência e tecnologia (C&T) para o desenvolvimento do País e estavam presentes no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT I), criado no último ano do governo Figueiredo e implementado no período 1985-1990.

Com a promulgação da nova Constituição da República, em 1988, foram promovidas inserções significativas no texto da Carta Magna - no Capítulo IV da seção III, que estabelece, em seu artigo 218: *“O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas”* – que permitiram ao Estado ganhar um papel estratégico nas dimensões da pesquisa científica e tecnológica; da formação de recursos humanos em ciência e tecnologia; e de apoio às empresas para investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Também foi aberta, com a nova Constituição, a possibilidade dos estados vincularem recursos orçamentários para as atividades de C&T, o que impulsionou, nos anos de 1989 e 1990, a criação de diversas fundações estaduais de amparo à pesquisa ou fundos de C&T.

Entre meados da década de 90 e o início dos anos 2000, tem início um amplo esforço de dinamização do processo de promoção e execução de políticas públicas de CT&I no País. Dentre os indicadores que apontam concretamente nessa direção, os principais são:

- a) ampliação da percepção pública sobre a importância do desenvolvimento científico e tecnológico no cotidiano das pessoas;
- b) ampliação dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação, com aumento da participação relativa do setor privado;
- c) aumento dos indicadores de produção científica e de formação de recursos humanos qualificados para P&D; e
- d) maior importância relativa da temática de CT&I na agenda política do País.

A esses indicadores agregamos, ainda, a implementação de políticas e marcos regulatórios em prol do desenvolvimento da CT&I do País, com destaque para os seguintes instrumentos:

- Lei de Propriedade Industrial - Lei Nº. 9.279 / 1996.
- Leis dos Fundos Setoriais (MCT – Finep, CNPq) - 1999
- Política Industrial, Tecnológica e de Com. Exterior – PITCE - 2003
- Lei Nº. 10.973 de 2.12.2004 – “Lei de Inovação Tecnológica”.
- Lei Nº. 11.196 de 21.11.2005 - Incentivos Fiscais para Inovação Tecnológica – “Lei do Bem”.
- Regulamentação do FNDCT – Lei Nº 11.540, de 12.Nov.2007.

Tais mudanças, associadas a uma busca intencional de se promover uma maior convergência das políticas industrial e de ciência e tecnologia, tendo a inovação como elo principal desse processo, contribuíram para o desenho de um SNCTI mais robusto, diversificado e mais próximo de atender às demandas da sociedade. Por outro lado, esse mesmo Sistema revelou-se mais competitivo na busca por recursos humanos e financeiros, gerando, inclusive, um certo “*canibalismo*”, no caso das instituições de pesquisa tecnológica, fruto da ausência, nos últimos 30 anos, de políticas públicas em nível federal e estadual, consistentes e adequadas.

Notou-se, especificamente, um forte movimento no ambiente interno das instituições de pesquisa, visando à redefinição e modernização de antigos papéis e modelos de gestão e à aproximação cada vez maior com as empresas. No ambiente externo, surgiram novos atores, entre os quais se distinguem, inclusive, institutos privados, vários deles atuantes em tecnologias de informação e comunicação (TIC) e outros no desenvolvimento de projetos cooperativos de pesquisa aplicada e de inovação diretamente com empresas, além da prestação de serviços técnicos especializados.

Em paralelo a essas mudanças, no plano político institucional, a Abipti apoiou a criação e atuou durante algum tempo como secretaria executiva de dois importantes fóruns: o Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia (atual Consecti²) e o Fórum das Fundações de Amparo à Pesquisa (atual Confap³). Em ambos os fóruns, criados no início dos anos 2000, a Abipti pode exercitar e fortalecer uma das suas principais competências, que era promover a inserção da dimensão regional no âmbito das políticas públicas do setor de CT&I.

Foi justamente nesse período, mais precisamente em 2001, que foi concebido e criado o CGEE, em assembleia realizada durante a 2ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação. Na ocasião, a Abipti já vinha se destacando por diversas ações em curso, particularmente no campo da informação e comunicação, onde um projeto desenvolvido com a Finep viria a consolidar, logo depois, o *Gestão C&T online*, considerado atualmente o melhor informativo eletrônico sobre os principais fatos e notícias de CT&I. Com cerca de 15 mil leitores em todo o País, o periódico é considerado um excelente instrumento para fortalecer a troca de informações entre o governo federal e os sistemas estaduais e municipais de CT&I.

Outra iniciativa direcionada a valorizar a lógica regional foi a participação da Abipti no projeto *Plataformas Tecnológicas para a Amazônia Legal*, desenvolvido pelo então MCT e suas agências, a Finep e o CNPq, em parceria com o Banco da Amazônia (Basa), com o objetivo de promover o

2 Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti).

3 Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

suporte tecnológico, com vistas a aumentar a competitividade e a sustentabilidade econômica e social dos setores priorizados na região. O principal instrumento usado para esse fim seria o emprego da metodologia de apoio à organização de plataformas e a elaboração de projetos cooperativos.

Foi considerando essas e outras ações e iniciativas que valorizam a estratégia de promover o desenvolvimento tecnológico nacional, a partir do entendimento da lógica regional, que o CGEE buscou o apoio, o conhecimento e a experiência da Abipti para colaborar diretamente com o Centro nas duas últimas Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (3ª e 4ª), ocorridas em 2005 e 2010. Nesses dois eventos, coube à Abipti a responsabilidade de atuar como coordenador institucional e técnico das Conferências Regionais de Ciência Tecnologia e Inovação, com a incumbência de organizar e realizar os referidos eventos, como etapa preparatória para as conferências nacionais.

Por fim, cabe destacar outra ação em que a Associação e o CGEE estiveram juntos, dessa vez no ano de 2010, e que diz respeito ao realinhamento do papel estratégico da Abipti. Após negociações levadas a cabo junto ao MCT e à Finep, a Abipti obteve o aval do ministério para realizar o seu Plano de Gestão Estratégica (PGE 2010-2022), cabendo ao CGEE oferecer todo o suporte técnico necessário à estruturação e realização do PGE. A principal justificativa levou em conta a mudança no cenário recente da CT&I do País e o crescimento da carteira de associados nos últimos anos. Além disso, é importante ressaltar que a Abipti é uma das instituições que arduamente conquistaram espaço no cenário da ciência e tecnologia brasileira ao longo de três décadas e que sua existência tem um significado muito importante para o futuro do setor, uma vez que os Institutos de Pesquisa e Tecnologia (IPT) contam somente com ela para representá-los política e institucionalmente.

Com essa situação colocada, o CGEE levou a cabo a tarefa que se iniciou a partir de uma ampla consulta pública sobre a imagem e o papel futuro da Associação no SNCTI. A enquete envolveu um número significativo de dirigentes de instituições associadas, além da participação de colaboradores, parceiros, formuladores de opinião e especialistas, nas diversas etapas onde os questionamentos foram apresentados e amplamente debatidos.

O plano, concluído com sucesso, apresentou um conjunto de ações estratégicas de curto, médio e longo prazos, para implementação num horizonte de 12 anos, tendo como objetivo maior o cumprimento da Missão estabelecida, que deixa claro: o trabalho primordial da Abipti consiste *em representar e promover a participação das entidades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (EPDIs), no estabelecimento e na execução de políticas voltadas para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.*

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO – ABIPTI.
Plano de gestão estratégica 2010-2022. Brasília: s.d.

SILVA, F.A. **Evolução e tendências futuras para Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil e a inserção da ABIPTI nesse contexto 2010** - Documento parte integrante do processo de construção do Plano de Gestão Estratégica (PGE) da ABIPTI 2010-2022. Brasília: CGEE, 2010. (Nota Técnica).